

MULHER E RELIGIÃO: segregação social e direitos

Woman and Religion: social segregation and rights

José Augusto Rodrigues dos Santos^()*

Resumo

Através da história, a religião tem sido uma força catalisadora para muitas das transformações mais marcantes em todas as sociedades. Como elemento de aculturação, a religião serviu como muleta psicológica e emocional para os espantos e medos que o homem experimentou pela sua incapacidade em entender as transformações do seu envolvimento. O divino emergiu com naturalidade na forma como o homem procurou entender o mundo. A mulher, raramente entrou no encontro do humano com a sua transcendência. Através dos tempos, o papel da mulher foi secundarizado, seja pelas suas particularidades biológicas, seja pelos papéis sociais que lhe estavam cometidos. Para essa segregação social da mulher a religião deu expressivo contributo. Hoje, a luta da mulher ainda passa, em algumas sociedades, pela assunção dos seus direitos fundamentais sonegados pelas regras morais intrínsecas a algumas religiões.

Palavras-Chave: Religião. Mulher. História.

Abstract

Throughout history, religion has been a catalyst for many of the most striking transformations in all societies. As an element of acculturation, religion served as a psychological and emotional crutch for the astonishment and fears that human kind suffered due to his inability to understand the changes in his involvement. The divine emerged naturally in the way man understood the world. The woman rarely entered the human encounter with his transcendence. Throughout the ages, the role of women has become secondary, either because of their biological particularities or because of the social roles that were committed to them. Religion has made a significant contribution to this social segregation of women. Today, the struggle of women still involves, in some societies, the assumption of their fundamental rights withheld by the moral rules intrinsic to some religions.

Keyword: Religion. Woman. History.

Todas as sociedades humanas, mesmo as contemporâneas, estão impregnadas de conceitos dualistas como corpo-alma, noite-dia, bem-mal, branco-negro, santo-pecador, estúpido-inteligente, etc. Esse dualismo, com carácter eminentemente diferenciador e com laivos de segregação portadores de imensas injustiças, também surge no binómio homem-mulher.

Antes de avançarmos no desenvolvimento da questão em epígrafe importa salientar que o binómio homem-mulher não é um dualismo culturalmente diferenciado, mas uma realidade biológica incontornável. Homens e mulheres são diferentes e bendita a natureza que promoveu essa diferença.

^(*)CIFI2D, Faculty of Sport, University of Porto, Porto, Portugal

*Author to whom correspondence should be addressed; full postal address: R. Dr. Plácido da Costa 91, 4200-450 Porto, Portugal E-Mail: jaugusto@fade.up.pt; Tel.: +351-22-04-25-200 (ext. 222); Fax: +351-225-500-689

A questão que importa realçar não é a verificação das semelhanças e dissemelhanças que existem entre géneros, mas as implicações culturais e sociais que essas diferenças historicamente determinaram e que ainda hoje subsistem.

A tradicional dicotomia entre géneros não é nem deve ser questionada no discurso científico, mas pode e deve ser profundamente questionada no discurso cultural. Logicamente, podemos e devemos, na dicotomia homem-mulher, abrir a mente e introduzir a variabilidade dentro de cada grupo em relação à identidade de género que atenua a força da dicotomia tradicional. Essa variabilidade dentro de um dado género pode ser resultante quer de fatores fisiológicos quer de fatores comportamentais. Aceite esta verificação centremo-nos nas inquestionáveis diferenças biológicas que separam os homens das mulheres.

Começemos pela base genética da diferenciação entre géneros. Os genomas de homens e mulheres são largamente diferentes, com os homens a possuírem um único cromossoma X enquanto as mulheres apresentam dois cromossomas X. Este traço genético exclusivo determina diferenças anatómicas, fisiológicas e celulares que se expressam em qualidades funcionais diferenciadas.

Nenhum estudo científico atual permite validar a hipótese que as diferenças anatómicas e funcionais entre mulheres e homens justificam qualquer tipo de diferenciação a nível intelectual e emocional. Com distintas anatomias cerebrais, homens e mulheres apresentam similares capacidade de inteligência, embora as mulheres possam apresentar uma superior capacidade de processamento da linguagem e os homens de processamento espacial. Estas características devem ser vistas não como antagónicas, mas como complementares, como complementares devem ser todas as relações entre homem e mulher. O homem não deve estar à frente da mulher nem esta à frente do homem. Devem estar ao lado um do outro e projetados no devir. Isto é fácil de conseguir? Ainda não é, mas esse é o objetivo de toda a sociedade equilibrada que valida o humano para lá de todas as contingências materiais.

O aspeto mais importante da diferenciação biológica entre homens e mulheres assenta nos mecanismos de procriação. Assim, embora a natureza tenha confiado aos machos de alguns *taxa* (considerados aqui como unidades taxonómicas) inferiores a função de procriação, no género humano é a mulher que carrega a função de promover nas condições ideais o desenvolvimento do zigoto.

Este traço diferenciador é profundo e acarreta diferenciações fisiológicas muito marcantes. A génese do processo é sem dúvida mais gratificante para a biologia da

mulher que da do homem. Milhões de espermatozoides lutando por um único óvulo eleva, de imediato, a função biológica feminina a um patamar superior ao do homem. Esta hipotética superioridade biológica feminina não tem qualquer expressão social, antes pelo contrário.

Este traço biológico, claramente diferenciador entre gêneros, determinou, desde sempre, funções exclusivas às mulheres que condicionaram o seu papel social. Com a exceção das sociedades matriarcais, muito raras no mundo, a definição de papéis sociais nas sociedades patriarcais relegaram a mulher para um estatuto de subalternidade que somente no século XX começou a ser corrigido.

Onde e quando começou a diferenciação social entre homens e mulheres?

Temos de recuar até aos primórdios da história do humano. Duas das perguntas que costumo fazer nos meus cursos de mestrado são: (i) Porque razão os seres humanos armazenam energia sob a forma de gordura corporal? e (ii) Porque razão as mulheres apresentam uma superior taxa de gordura corporal em relação aos homens?

A resposta é filogenética e evolutiva. Imaginemos os nossos antecessores primatas expulsos da úbere floresta pelos primatas mais fortes. Parece que nós descendemos dos mais fracos. Estes, deixam de ter acesso facilitado aos alimentos e têm de procurar nichos ecológicos mais favoráveis. No lapso de tempo que decorre entre a expulsão de um nicho ecológico favorável e outro onde possam sobreviver podem acontecer duas coisas: (i) o grupo que se desloca desaparece por inanição, ou: (ii) desenvolve mecanismos adaptativos que lhe permite prolongar o tempo de sobrevivência. Aí entra em jogo o mecanismo de armazenamento de energia sob a forma de triglicérides musculares, hepáticos e adipocitários o que permite suporte energético para a demanda de locais favoráveis à sua sobrevivência. Acresce que as fêmeas têm de armazenar mais energia para os períodos de fome porque necessitam de energia extra para alimentar a prole recém-nascida.

Vemos aqui, na antecâmara das sociedades humanas, a diferenciação biológica, de funções fisiológicas e de papéis sociais entre o homem e a mulher. A diferenciações anatómicas e biológicas genéticas traduziram-se naturalmente em funções sociais distintas e a concomitante segregação social imposta pelas condições de desenvolvimento da espécie humana. Essa segregação de papéis sociais transformou-se numa distorção cultural com profundas implicações na história do humano.

Para a diferenciação de papéis sociais, da respetiva desvalorização moral e a consequente minorização da mulher no todo social deu a religião imenso contributo. Os

códigos morais que controlam normativamente as sociedades humanas modernas transportam ainda regras anti-humanas que desvalorizam a dimensão ontológica da mulher e o seu papel social.

Algumas dessas regras de segregação têm a ciência como suporte. Vejamos o que nos diz Rodrigues dos Santos (2012a; 2012b): “...depois, uma cultura centrada no homem, criou derivas científicas nefandas que marcou a mulher com o estigma da incapacidade intelectual”. Brocca (1824-1880), fundador da Sociedade Antropológica Parisiense, escreveu do alto da sua “omnisciência” científica: “Não devemos perder de vista o facto de que a mulher média é normalmente menos inteligente que o homem”. A cereja no bolo da iniquidade é dada por Gustave Le Bon que afirmava sem reboço que “Entre as mulheres, a inteligência inferior é tão óbvia para ser questionado... em termos de volume, o cérebro da mulher está mais perto do dos gorilas do que do mais desenvolvido cérebro dos homens”.

Esta pretensa ciência, mais baseada em preconceitos que em verificações científicas, marcou de forma abominável a consideração ontológica da mulher e por arrasto do próprio homem, pois a indissociabilidade homem-mulher é afetada pela desconsideração de qualquer um deles.

De que forma os credos religiosos contribuíram para a menorização social e ontológica da mulher? Começemos pela análise do que é a religião? Peguemos na definição de Waal: “é a reverência compartilhada pelo sobrenatural, sagrado ou espiritual, bem como pelos símbolos, rituais e adoração que lhe estão associados”. Esta reverência compartilhada por algo que transcende a realidade material determina, em parte, a moral de uma dada sociedade. Em termos antropológicos, o advento do espírito religioso expressa-se com clareza já nos nossos ancestrais caçadores-recolectores embora as formas religiosas baseadas numa teologia só se desenvolveram nas sociedades agrícolas quando o género humano aumentou a sua capacidade de sociabilidade.

Seria lógico que o advento do espírito religioso, emergente dos medos e dúvidas do ser humano em relação aos fenómenos da natureza e aos mistérios da sua própria interioridade, permitisse *ab initio* uma igualdade entre géneros, pois as angústias existenciais não eram apanágio do homem, mas tal não se verificou e, a partir das construções teológicas primevas, podemos verificar a secundarização do papel da mulher. Por exemplo, na mitologia Grega, na cadeia hierárquica divina, um macho ocupa o lugar supremo – Zeus, filho de Crono, que escapou à fúria homicida do pai

porque a mãe o substituiu por uma pedra com a sua forma corporal. Cá está, a mulher a atenuar, mas não a determinar, a sequência dos acontecimentos. As projeções mitológicas de quase todas as religiões são fonte de desigualdade entre géneros.

De uma forma geral, todos os credos religiosos foram estabelecidos e desenvolvidos com profundas disparidades entre géneros, cabendo às mulheres um papel subalterno. Tomemos como exemplo, os jogos Olímpicos da Antiguidade, um evento com profundas conotações religiosas. Nunca a mulher teve acesso a esses momentos grandiosos e corria perigo devida se se atrevesse a assistir a essas comemorações masculinas. Só nas cerimónias iniciais é que era permitido acesso a uma única mulher – a sacerdotisa de Deméter, a deusa da agricultura com forte pregnância na noosfera grega. No entanto, a sociedade grega, embora segregasse e secundarizasse o papel da mulher, instituiu uns jogos para as mulheres (Heraia), não em honra de Zeus, mas em honra de Hera, sua mulher. Enquanto, os jogos Olímpicos eram constituídos por diversas provas, algumas com um profundo cunho militar, e.g. corrida em armas, a competição feminina era constituída por uma simples corrida de velocidade numa distância ligeiramente inferior à corrida de estádio masculina.

Mesmo segregada, a mulher era de certa forma respeitada através da possibilidade de acesso a alguns das construções culturais que os gregos criaram e desenvolveram. Outras sociedades, mais tarde, nunca tiveram essa preocupação.

Quase todas as religiões preconizam a submissão da mulher ao homem. Com exceção do Induísmo, as religiões do Livro – Cristianismo, Islamismo, Judaísmo, inscreveram nas suas páginas uma série de preceitos dirigidos à mulher e que relevam da sua manifesta secundarização. No Induísmo, o elemento feminino tem uma forte presença e denuncia a importância social dos papéis sociais assumidos pela mulher.

Portanto, igualização ou segregação da mulher dentro das religiões têm uma base histórica profundamente enraizada nas condições de produção social.

O corte radical com este estado das coisas começa agora a ser dado e tem de ser dado pela mulher, com a mulher e mesmo contra a mulher.

Tomemos dois exemplos das religiões mais disseminadas no mundo. Embora o Cristianismo se tenha vindo progressivamente a limpar dos miasmas dum fechado fundamentalismo que ainda hoje grassa em algumas igrejas ditas cristãs, continua a subsistir, no seio da igreja católica, a impossibilidade de acesso das mulheres ao sacerdócio.

Como caso extremo da segregação da mulher nas sociedades atuais salientam-se as regras morais e comportamentais impostas pelo mais fechado islamismo que continua a ver a mulher como fonte de pecado. Obrigar a mulher a tapar o cabelo, a cara ou o corpo nada mais representa que a sujeição da mulher a um *diktat* que não tem nada a ver com a opção religiosa, mas com regras comportamentais determinadas pelos interesses mais egoístas do homem. O Islão, ao permitir o casamento de um homem com quatro mulheres, não só desvaloriza o papel social da mulher como a reduz na sua dignidade ontológica.

Há um imenso caminho de reconhecimento dos erros e de redenção por humildade que as igrejas, cristã, judaica e islâmica têm ainda de percorrer para colocarem a mulher ao lado do homem e não como um ser destituído de direitos, submisso a normas e alienada dos seus direitos de igualdade existencial.

REFERÊNCIAS

Broude N e Garrard M (S-D) **The Power of Feminist Art**, the American Classics. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 5ª Edição.

Pereira MHR (2009). **Hélade**. Antologia da Cultura Grega. Guimarães Editores. isbn: 9789726656258

Rodrigues dos Santos JA (2003). O Corpo como objeto de educação. **Revista Vértice**, 113:81-89.

Rodrigues dos Santos JA (2004). Mulher na sociedade, mulher no desporto. **Revista Horizonte**, vol. XIX, 11:3-8.

Rodrigues dos Santos JA (2012a). Mulher no Desporto. O erro de Coubertin (1). **Plataforma Barómetro Social**, ISSN 2182-1879.<<http://barometro.com.pt/archives/745>>.

Rodrigues dos Santos JA (2012b). Mulher no Desporto. O erro de Coubertin (2). **Plataforma Barómetro Social**, ISSN 2182-1879.<<http://barometro.com.pt/archives/747>>.

(Recebido em dezembro de 2020; aceito em janeiro de 2021)